

Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta

Lia Pappámikail¹

Resumo:

Ao longo da história das ciências sociais tem-se registado um interesse constante sobre a juventude e os jovens. Um interesse que tem sido particularmente sensível às sucessivas representações, normativas e ideológicas, associadas àquela emergente categoria social. Partindo do modo como a sociologia tem tratado este grupo social e olhando mais em pormenor para a questão das transições para a vida adulta, torna-se possível reflectir sobre outro importante debate teórico, transversal às ciências sociais, e respectivo quadro conceptual. A saber: o facto da autonomia surgir simultaneamente como norma central das paisagens éticas contemporâneas e como um processo social vivido e experimentado pelos sujeitos que a ela tentam aceder. Da autonomia enquanto conceito à apreensão sociológica dos percursos de individuação nas sociedades contemporâneas, propõe-se neste artigo um breve percurso reflexivo.

Palavras-chave: Juventude; Autonomia; Transições para a vida adulta.

*Juventude(s), autonomia e sociologia: redefinindo conceitos transversais a partir do debate acerca das transições para a vida adulta*²

Introdução

Se há consenso em torno do debate acerca da juventude é o facto de esta ser uma categoria social de definição complexa (ou facto social instável, como sugere Gauthier (2000)). Esta, entre outras razões, levou a que os seus *membros*, os *jovens*, tenham sido ao longo do último século, sobretudo, objecto de um especial interesse e intervenção por parte de investigadores e agentes políticos. Um interesse que tem sido particularmente sensível às sucessivas representações, normativas e ideológicas,

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Bolseira FCT.

² O presente texto resulta do trabalho desenvolvido para a dissertação de doutoramento em Ciências Sociologia, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientada pelo Professor José Machado Pais e financiada com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O título provisório da dissertação é *Juventude, Família e Autonomia: entre a norma social e o processo de individuação*.

associadas a esta emergente categoria social (Cicchelli-Pugneault [*et al.*], 2004; Griffin, 1997). É justamente a partir do modo como a sociologia tem tratado esta categoria e os sujeitos que ela engloba que se pretende reflectir sobre outro importante debate transversal às ciências sociais. A saber: o facto da autonomia surgir simultaneamente como norma central das paisagens éticas contemporâneas e como um processo social vivido e experimentado pelos sujeitos que a ela tentam aceder. Considera-se portanto que as reflexões e discussões que as juventudes e os jovens suscitam são, na verdade, um excelente gatilho para se repensarem termos tão centrais quanto banais nas ciências sociais.

Na verdade, o uso rotinizado de conceitos, palavras do dia-a-dia múltiplas nos significados, mas tantas vezes pobremente definidas, surge como um dos principais obstáculos a uma investigação mais livre de pressupostos normativos que enviesam análises e interpretações. É o caso do problema das transições para a vida adulta, que mobiliza frequentemente noções como autonomia ou independência, sem nunca verdadeiramente esclarecer o sentido que lhes atribui. Sendo a autonomia um vocábulo que remete, por um lado, para um dos valores matriciais e constitutivos da modernidade, num tempo em que o apelo normativo à autonomia individual é generalizado, e, por outro, para um processo social experimentado pelos sujeitos empiricamente, vale a parar por instantes e questionar, repensando, os conceitos a que de forma (demasiado) rotineira se recorre. É precisamente a esse exercício que este texto se dedica, no sentido de contribuir para debater as bases teóricas do estudo dos sujeitos jovens, concebendo-os a partir da diversidade das suas experiências de vida no tempo e no espaço, sem o peso excessivo que o uso normativo de tradições de pensamento e suas categorias de análise acarreta. Antes, porém, de prosseguir para essa clarificação conceptual, porém, um pouco de história, ou seja, um breve percurso pelas grandes genealogias de pensamento sobre essa categoria volátil que é a juventude.

1. De fase da vida a categoria social?: das perspectivas sobre a juventude às experiências dos jovens

Podemos afirmar-se com um razoável grau de segurança que a juventude, tal como se concebe actualmente (na sua dupla vertente de fase da vida e categoria social e cultural), é um produto da modernidade. Não havia na Europa pré-industrial qualquer hesitação quanto à subordinação simbólica da infância e juventude em relação à fase adulta do ciclo de vida. No entanto a *juventude*, se assim se pode chamar o período da vida prévio ao casamento³, ou seja, o período onde para alguns grupos específicos se verificava alguma independência da família, era até bastante longa se se conferirem os calendários matrimoniais tardios e um limite para a maioridade legal superior ao actual⁴. Não havia, contudo, um tempo e um espaço exclusivo para essa

³ Marcador estatutário exclusivo da emancipação individual que mesmo assim não era acessível a todos, dada a exiguidade do mercado matrimonial, em função de critérios económicos e sociais de transmissão de patrimónios (Bandeira, 1996).

⁴ Com efeito a maioridade, instrumento jurídico que baliza, de certa forma, as fronteiras etárias da juventude, manteve-se em Portugal nos 25 anos (estabelecidos pelas Ordenações Filipinas no séc. XVII) até ao Código Seabra (1867), em que o artigo 1050º estabelece os 21 anos como idade da maioridade civil. Só na revisão do código civil de 1977 ela atinge o valor actual, fixado nos 18 anos, com uma total igualdade de

«juventude», integrada desde a saída da primeira infância no mundo dos adultos e das suas actividades (Cicchelli, 2001b; Cunha, 2007).

É um processo lento, como são por definição os processos de mudança social, aquele que dá origem à constituição da juventude como grupo social abrangente e (quase) universal nas sociedades ocidentais contemporâneas. Com efeito, é justamente na encruzilhada de movimentos como o da crescente sentimentalização da infância e posterior atribuição da condição de indivíduo à criança/adolescente/jovem, com a expansão da escola moderna (com especial destaque para os segmentos secundários e universitários do ensino) enquanto espaço de socialização, interacção e aprendizagem de uso (quase) exclusivo de indivíduos jovens, que se criam as condições para a legitimação de um tempo específico no ciclo de vida, não produtivo (do ponto de vista do capital económico), para a preparação da vida adulta. Um tempo em que é possível gozar de alguma liberdade, apesar da situação de dependência (familiar), que passa assim a estender-se muito para além da infância (Cicchelli, 2001b; Gillis, 1981). Com o passar dos anos (décadas ou mesmo séculos no caso de Portugal, onde o processo de escolarização foi particularmente lento (cf. Almeida & Vieira, 2006:59 a 63)) o arco temporal reservado à tal preparação não só aumentou como se democratizou consideravelmente. Com efeito, a escola passa a ser o único território legítimo para a vivência de grande parte da juventude, estando às crianças e jovens juridicamente vedado o acesso ao trabalho assalariado no período em que dura a escolaridade obrigatória⁵.

Assim, para além dos aspectos culturais e éticos que a modernidade introduziu na forma como se concebem os indivíduos, na vivência da família e no relacionamento inter-geracional, foram, com efeito, fenómenos como a democratização do acesso ao ensino, bem como o prolongamento da sua obrigatoriedade e aumento da participação até aos níveis actuais⁶, a também contribuir para um maior relevo social da juventude

direitos e liberdades entre sexos (algo até então inédito). Note-se, no entanto, que a maioridade civil, na sua versão contemporânea, diz respeito apenas ao acesso a um conjunto de direitos e liberdades que traduzem o reconhecimento pelo Estado da autonomia política do sujeito, cuja ordem de grandeza é socialmente a mais valorizada (Boltanski & Thévenot, 1991). Com efeito, a emancipação desde sempre pôde ser antecipada através do casamento, autorizado a menores com a aprovação familiar – do pai, estando fixada uma idade núbil mínima, gerida com muita flexibilidade por quem de facto tinha autoridade na matéria, que eram até à Primeira República as entidades eclesásticas. Esta passou dos 12 anos para as mulheres e 14 para os homens para os 14 e 16 respectivamente no citado código Seabra, para finalmente se fixar nos 16 actuais para ambos os sexos. Este limite serve também de referência para a responsabilidade penal (embora a jovem idade seja tida como um atenuante), para a participação na esfera produtiva do mercado de trabalho, para o livre recurso à interrupção voluntária da gravidez (o que pressupõe a autonomia sobre o corpo, apesar de, paradoxalmente ser necessária autorização para outras intervenções corporais, como a tatuagem e o piercing até aos 18 anos). Para além do direito de voto, os 18 anos significam ainda o acesso à auto-mobilidade através da permissão para aprender a conduzir. Implícita nesta fabricação jurídica das idades socialmente aceitáveis para o reconhecimento da autonomia está uma orientação normativa que pressupõe, portanto, a existência de vários níveis de responsabilidade dos indivíduos, hierarquizados consoante a natureza pública ou privada do tipo participação individual em causa. Note-se como são inevitavelmente indicadores de natureza biológica, como a idade, que servem de referente à codificação jurídica e institucional da autonomia, que regula o acesso a direitos e liberdades.

⁵ Uma proibição jurídica contornada, em algumas situações, pela prática. Sobre as tensas e paradoxais relações entre a escola e o trabalho em Portugal consultar as reflexões de Vieira (2005).

⁶ Nove anos de escolaridade obrigatória em Portugal actualmente, estando para breve a ampliação para doze, como em tantos outros países da Europa (para mais elementos sobre a evolução da população escolar em Portugal consultar Almeida & Vieira, 2006, p. 27 a 49).

(enquanto condição duplamente etária e cultural). Durante muito tempo, aliás, a condição juvenil, se entendida neste sentido, esteve reservada a um conjunto restrito de indivíduos com tempo e espaço para a construção de si através das interações entre pares e a experimentação de estilos de vida⁷. Novidade moderna será, portanto, a associação aos contextos inter-geracionais tradicionais (na família e/ou no trabalho), novos contextos intra-geracionais onde, entre pares, se forjam territórios exclusivos, com práticas, consumos e representações específicas, como são, por exemplo, os das sociabilidades e lazeres juvenis⁸.

Contribuindo para elevar a juventude de mera fase da vida a categoria sociocultural, parece haver, também, uma crescente divergência entre os seus aspectos simbólicos e culturais e os aspectos especificamente fisiológicos do desenvolvimento do corpo. Significa isto que a análise de indivíduos jovens, aferindo a partir do seu estado de maturação biológica um estado psico-social correspondente, perde progressivamente sentido quando nas populações progressivamente melhor nutridas se vai antecipando, em média, o início da puberdade. Ou seja, *cresce-se* mais cedo, mas *emancipa-se* cada vez mais tarde.

É incontornável, nesta fase, a referência ao contributo da psicologia na construção do conceito de juventude, com particular destaque para o trabalho de Hall (1916[1904]) sobre a adolescência, publicado no dealbar do século XX. A partir da sua abordagem ganhou força um paradigma linearista do desenvolvimento, que institui a juventude como um tempo feito de etapas sucessivas que levam a criança até à idade adulta, e que, grosso modo, se converteu numa base teórica hegemónica de análise dos fenómenos juvenis. Sublinhe-se, ainda, como aquele autor contribuiu fortemente para a associação da adolescência, a um inevitável tempo de *stress e tempestade*, determinado por imperativos biológicos e psicológicos que seguiam, basicamente, a linha psicanalítica de Freud⁹. Um tal modelo, que pressupõe uma crise psíquica e relacional (nomeadamente com a família), no processo de construção da identidade e da autonomia, acaba no entanto por negligenciar quer o papel das transformações éticas mais gerais, que melhor explicariam as distâncias inter-geracionais, quer a

⁷ Não é de estranhar, no quadro do que se tem vindo a argumentar, que Gillis encontre justamente junto das elites boémias e românticas do primeiro terço do séc. XIX a génese de algumas das representações mais comumente associadas à juventude ainda hoje. Representações que, com o passar do tempo, ganharam cada vez mais corpo e extensão, à medida que mais indivíduos tinham acesso à condição juvenil. Afirma o autor que junto desse grupo, minoritário e socialmente favorecido, se podia encontrar o mesmo fascínio pelos estilos bizarros, os mesmos comportamentos pouco convencionais e linguagens estranhas que se atribuem aos seus pares contemporâneos. O desprezo pelo trabalho, a preocupação com o presente excluindo todos os pensamentos sobre o passado ou futuro, a resistência à ordem e disciplina, todos os sinais de um prolongamento da moratória social que viria a estar no centro das preocupações com a juventude estavam lá. Para os jovens, eles próprios, a boémia era uma espécie de carnaval prolongado, um evitamento dos papéis do mundo real aos quais a maioria sabia ter de, em última análise, adotar (1981:90 e 91).

⁸ Territórios que não se cingiam, de modo nenhum, exclusivamente à escola, e em quem nela *podia* participar. Com efeito, a rua tornou-se o espaço de sociabilidade e lazer mais acessível a tantos jovens (rapazes), cujo trabalho a família não podia dispensar. É, justamente nestes grupos de jovens, pobres na sua maioria e oriundos de classes trabalhadoras operárias a residir nas cidades, que se vão centrar muitas preocupações sociais, ao serem associados à delinquência e à desordem (Gillis, 1981, capítulo 3).

⁹ Que sustentava a ideia de que os impulsos de natureza sexual condicionavam fortemente as relações com os progenitores.

influência dos traços sociais, económicos e culturais na modelação de padrões de comportamento juvenis.

A adopção deste modelo como paradigma de observação da juventude teve como consequência imediata, entre outras, a representação tendencial da juventude ora como um risco (para a ordem moral, dada a probabilidade de desvio) ora como estando em risco (devido à fragilidade identitária que mais facilmente a colocaria na posição de vítima) (Cicchelli-Pugneault [*et al.*], 2004; Dubet [*et al.*], 2004; Griffin, 1997). Uma visão que, apesar da posterior crítica de Erikson (1968) ao legado de Hall (propondo uma reformulação do modelo de desenvolvimento que manteve, ainda assim, o pressuposto da linearidade por sucessão de etapas), conservou a juventude concebida como um inevitável tempo de passagem para o objectivo último da existência humana: a tal estabilidade imaginada da identidade adulta (Boutinet, 1998).

Do ponto de vista do indivíduo, e no cerne dos muitos sentidos associados à juventude, permanece a ideia, portanto, de que o jovem é alguém inacabado, em processo de construção ou em devir. Este facto imprime a esta fase de vida um incontornável carácter *transitório* e *ambíguo* que tornou, desde sempre, a sua análise conceptualmente complexa. Até porque, concomitantemente, experimentaram-se nas sociedades ocidentais mudanças histórico-culturais que conferem uma relevância crescente a aspectos mais expressivos do individualismo moderno que afectam todos os sujeitos e gerações (Taylor, 1989).

Seguindo o movimento mais amplo na abordagem do indivíduo que se verificou na sociologia, também a sociologia mais especializada no estudo da juventude se confrontou inevitavelmente com a complexificação e a fragmentação das trajectórias de vida na contemporaneidade, desta feita ao dar conta das existências crescentemente singulares (ou pelo menos assim representadas) de sujeitos jovens em processo de construção de si cujas “vidas (...) são impressas em estruturas sociais crescentemente labirínticas” (Pais [*et al.*], 2005:115).

Antes, porém, foram dois, os caminhos analíticos principais que se trilharam, de forma mais ou menos paralela, no estudo deste conjunto de indivíduos, agregados em torno de uma imprecisa definição de juventude (Pais, 1990; Schéhr, 2000). Por um lado, procuraram-se os denominadores comuns, capazes de consubstanciar a existência de especificidades do fenómeno juvenil, associando-as a uma dada categoria etária. Por outro, defendendo a ideia de que juventude não corresponde a qualquer realidade empírica concreta (como aliás sugeria Bourdieu (1980) quando afirmou que juventude não era mais do que uma palavra), seguiu-se um enfoque que privilegiava sobretudo a aferição das diferenças e irredutibilidades entre as várias juventudes.

Na primeira linha exploram-se os modos de ser e agir que federam um conjunto de indivíduos num grupo, etariamente identificado. É certo que há um forçoso carácter geracional nalgumas transformações sociais que marcam a contemporaneidade, uma vez que em cada tempo histórico são muitas vezes os mais jovens os primeiros a serem tocados por certas mutações que afectam, nomeadamente, a esfera da produção (aparecimento e desaparecimento de formas de emprego, a flexibilização e precarização nos tempos mais recentes, por exemplo) e da técnica (desenvolvimento do imaterial através de novas tecnologias, para falar apenas de uma).

No entanto, um paradigma geracional esbarra inevitavelmente no carácter transitório (do ponto de vista da idade) da juventude assim definida, oferecendo um alcance analítico limitado (Arber & Attias-Donfut, 2002; Corsten, 1999; Mannheim, 1986; Roberts, 2007). Se outro argumento não houvesse, as fronteiras da juventude concebida como grupo específico diferente das restantes gerações são enfraquecidas, por outro lado, à medida que a constatação da progressiva individualização dos percursos de vida ganha terreno, senão objectivamente, pelo menos subjectivamente, em coerência com a paisagem ética dominante nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Já na segunda, a insistência nas clivagens entre grupos (culturais, sub-culturais, urbano-tribais, como surgem nas diversas designações) põs em evidência mundos relativamente fechados, comunidades justapostas e distintas, onde as diferentes juventudes são entrevistadas como unidas por lógicas de identificação e distinção (Amit-Talai & Wulff, 1995; Brake, 1980, 1985; Feixa, 2006; Pais, 1996a). Estas são materializadas em práticas quotidianas que enformam estilos de vida identificáveis, reproduzíveis através de heranças próprias a cada juventude, entre si demarcadas por fronteiras que cristalizam, afinal, as identidades dos jovens apenas num dos territórios da sua existência (Schéhr, 2000, pp. 49-50). Voltando à tese de que as representações da juventude sempre foram particularmente permeáveis à conjuntura político-ideológica (além de bastante influenciadas pelo modelo stress e tempestade criado por Hall), é importante ainda referir que as culturas juvenis, enquanto ferramenta conceptual, serviram de abrigo (sobretudo a partir do pós-guerra, quando o conceito surge, mas também antes, sem uma designação tão definida) a uma sobreexposição de grupos ora envolvidos em culturas de desvio, ora em culturas de resistência, ambas especialmente relevantes e visíveis na medida em que *ameaçam* a ordem social, tal como perspectivada pelas gerações mais velhas (Brake, 1980:1 e 5). Uma sobreexposição que contrasta com a (quase) invisibilidade de outros modos de ser e agir de indivíduos, igualmente jovens, ora por serem aparentemente mais conformados ou integrados, ora simplesmente por pertencerem ao sexo feminino¹⁰.

Num outro registo, a diferenciação social, objectivada na multiplicação de territórios de interacção e construção de si, é tida como um dos traços incontornáveis da modernidade, pelo que a identidade parece ser cada vez mais concebida como um compromisso narrativo, provisório, que implica a articulação e a coordenação dos vários traços (heterogéneos e paradoxais, herdados e construídos) do sujeito que actua nesses diversos territórios (Dubar, 2001; Dubet, 2005; Giddens, 1991). Fá-lo por referência a diferentes alteridades, tarefa que exige reflexividade individual. Partindo, pois, da ideia de um certo polimorfismo identitário, decorrente do jogo, sempre possível, de pertenças, afiliações e desafiliações que resultam da multiplicação de esferas de vida, percebe-se que para melhor pensar os indivíduos jovens e os processos com que fabricam a sua autonomia individual será necessário secundarizar

¹⁰ Com efeito, há uma clara dominação masculina (que se traduz, inclusivamente, numa certa celebração da masculinidade) na representação das culturas juvenis, mesmo quando nelas milita(v)am jovens de ambos os sexos. De um modo geral, seguindo a lógica de segregação de género que tende a circunscrever as mulheres sobretudo no espaço privado e os homens no público, as raparigas representavam-se preferencialmente protegidas pelas paredes da casa ou da escola, por um lado, e como estando destinadas ao casamento e ao romance como forma cultural dominante e adequada ao género, por outro, como justamente assinala Brake (1985, pp. 137-154).

noções como *juventude* ou *juventudes*, enquanto grupos culturais estáticos com um determinado significado, tempo e espaço social. Fazê-lo significa olhar os jovens por detrás e para além dos comportamentos que os inscrevem e, tantas vezes, enclausuram numa dada identidade, categoria ou papel. (Schéhr, 2000:51).

Traçados alguns dos traços que fazem a história da juventude enquanto objecto de investigação importa ainda discutir o modo como tem sido estudado o processo de autonomização dos jovens nas sociedades contemporâneas.

2. O problema das transições juvenis para a vida adulta: breves notas críticas sobre uma agenda de investigação

É, portanto, nos indivíduos jovens que se pretende fixar a atenção. E se este é um objecto sociologicamente inquietante e desafiador é porque se reconhece que, na contemporaneidade, a juventude (quando concebida como fase transitória e preparatória que precede a emancipação social e económica) se tende a estender e prolongar no tempo (Galland, 1991, 2003), pondo progressivamente a nu algumas das fragilidades conceptuais da sua análise, resultado do uso banalizado das noções como autonomia, liberdade e independência. Senão, veja-se.

A tese do prolongamento da juventude constitui uma primeira linha de abordagem a esta incontornável tendência de transformação social, que se impôs, de forma contundente aliás, nas agendas de investigação por todo o mundo¹¹. Com efeito, à vista de todos, e em todas as sociedades ocidentais, têm-se acentuado tendências que apontam para o prolongamento da co-residência familiar e para o adiamento, dessincronização, e reversibilidade de rituais de passagem que antes permitiam uma identificação *pacífica* da transição para a denominada vida adulta: a estabilização profissional, a residência autónoma, a conjugalidade, a parentalidade. Afere-se uma alteração nos padrões do ciclo de vida tomando como termo de comparação a performance transicional das gerações do pós-guerra, o que indicia um certo a-historicismo de que as análises sociológicas frequentemente padecem (Wagner, 2001)¹².

Com causas relativamente bem identificadas (as já referidas transformações culturais, a par da universalização do acesso à escola e a extensão das carreiras escolares, a que se associam transformações no mercado de trabalho e nos sistemas de acesso à habitação) a verdade é que o fenómeno, abundantemente estudado, desafiou concepções consensuais do *normal* desenrolar do ciclo de vida (nomeadamente Arnett, 1997; Calvo, 2002; Casal [et al.], 1988; Chilsholm & Bois-Reymond, 1993; Côté, 2002; Evans, 2002; Evans & Furlong, 2000; Furlong, 1997; Galland, 1991; Guerreiro & Abrantes, 2004; Wyn & Dwyer, 1999). Por outro lado, se numa primeira fase a atenção se centrou nos aspectos objectivos da transição, já numa segunda fase foi dado particular relevo a aspectos mais subjectivos da experiência de transição. Assim,

¹¹ Protagonismo certamente relacionado com uma certa agenda política preocupada com as consequências (ao nível das dinâmicas do mercado de trabalho, dos sistemas de educação, dos sistemas de segurança social, etc.) que esse fenómeno acarreta.

¹² Embora se tratem de épocas culturalmente muito diferentes da que hoje se vive, na primeira metade do século XX (para não recuar mais), a verdade é que muitos segmentos da sociedade viviam na mais plena precariedade laboral, por exemplo, além da manutenção de calendários tardios de conjugalidade, tendência que vinha, afinal, do tempo pré-industrial.

partindo de uma abordagem que preza a fragmentação das trajectórias juvenis, assim recusando a linearidade como ponto de vista privilegiado (Bois-Reymond, 1998; Pais, 1996b, 2001), criticou-se a abordagem anterior por esta, excessivamente preocupada em determinar novos calendários de transição, não dar conta das diversidades das experiências juvenis e das subjectividades a elas inerentes. Estas novas perspectivas procuraram dar o devido relevo à dinâmica entre identidade pessoal, *timing* da acção e transição e contexto de existência (Thomson [et al.], 2002:336 e 337). Apesar de em menor número, surgem também pesquisas que procuram perceber os efeitos que esta tendência tem nas dinâmicas familiares, quer do ponto de vista das trocas instrumentais (numa época de “crise” dos Estados Providência na Europa, nomeadamente), quer do ponto de vista da natureza e qualidade das relações afectivas, perscrutando os modos como ocorrem reformulações das relações de filiação quando a co-residência dos jovens com os seus familiares se prolonga cada vez mais (Cicchelli, 2001a; Pappámikail, 2004; Pappámikail & Pais, 2004; Ramos, 2002).

Não se pretende, no entanto, percorrer exaustivamente todos os debates e pistas gerados por esta temática em particular. Na verdade, relevante para o propósito deste texto é a necessidade de se proceder a uma revisão dos instrumentos teóricos e conceptuais de base, utilizados para abordar indivíduos jovens, num tempo em que as injunções normativas sugerem a todos os indivíduos (e não só aos de menor idade) a composição singularizada da identidade pessoal, sob a égide da autonomia (Beck & Beck-Gernsheim, 2002; Giddens, 1991). Se o jovem é perspectivado sobretudo como um sujeito incompleto, em devir, o facto de se manter mais tempo na residência parental, mas reivindicando uma identidade e um estilo de vida juvenil (não adulto), significaria que estava condenado a permanecer incompleto por mais tempo, necessitando de tutela na condução da sua trajectória de vida? O prolongamento da dependência representa uma equivalente moratória na construção da autonomia? Sendo uma questão complexa, as evidências não parecem comprová-lo. As evidências tendem, isso sim, a denunciar alguma inadequabilidade dos paradigmas e perspectivas teóricas mais frequentes. Explore-se, pois, um pouco mais esta hipótese.

Não deixa de ser curioso, lembra Singly (2000b), que o filão teórico-empírico mais explorado pela sociologia da juventude nas décadas mais recentes tenha sido precisamente investigar, não tanto como se vive a juventude, mas antes como dela se sai. Esta abordagem assentaria em dois postulados que, em seu entender, estão ainda por provar. Um primeiro é a ideia que se quer sair da juventude para entrar na vida adulta, como se esta representasse um patamar existencial de *suposta* maturidade por contraponto à *suposta* imaturidade da juventude, o que, lembra Boutinet (1998), é uma falácia que negligencia quer o carácter dinâmico da identidade, quer o facto de à fase adulta do ciclo de vida não ter de estar necessariamente associada uma qualquer condição psico-social que articule autonomia e/ou liberdade e/ou independência. Ou seja, revelam-se diversos os preconceitos em jogo quando se mobilizam noções como juventude ou idade adulta.

Com efeito, a tendência para uma certa juvenilização dos valores sociais prova justamente que se foi operando uma dessacralização da temporalidade de vida outrora dominante, que prescrevia que a vivência futura da idade adulta deveria condicionar totalmente a vivência presente da idade jovem, esbatendo ou mesmo invertendo

hierarquias simbólicas entre os vários grupos etários (Schéhr, 2000:55). Mais do que comprometidas em querer chegar a uma forma ou patamar de *idade adulta* pré-determinada, as gerações mais jovens estariam, portanto, empenhadas a *inventar* (novas) formas de viver uma fase do ciclo de vida, conhecida como idade adulta, a partir dos principais traços culturais da (sua) experiência da juventude (Henderson [*et al.*], 2007; Nilsen, 2001). Já o segundo postulado prende-se com o pressuposto de que essa saída da juventude pode ser objectivada em eventos/marcadores identificáveis (um casamento ou um emprego, por exemplo) numa classe etária considerada, como se a uma transição estatutária estivesse inevitavelmente associada uma transição identitária com um conteúdo formatado – da imaturidade para a maturidade, por exemplo (Singly, 2000b:9). As transições, no entanto, ocorrem em qualquer fase do ciclo de vida, motivando ou não dinâmicas de recomposição identitária.

Parece afinal que o que estava em causa era indagar como, na contemporaneidade, um processo que até há umas (poucas) décadas atrás parecia, aos olhos de hoje é certo, relativamente tranquilo - uma “passagem” para uma vida adulta representada através da combinação de determinadas transições estatutárias, deixa de permitir uma interpretação tão linear. É forçoso sublinhar que, muito embora as tendências demográficas não sejam negligenciáveis, o debate gravita, afinal, em torno de uma certa representação do ciclo de vida, que implica uma definição do que é a juventude e do que é a vida adulta, que não deixa de ser normativa e datada.

3. Contribuindo para a clarificação e definição de conceitos: distinguindo autonomia, liberdade e independência

É precisamente na discussão sobre as *novas* formas de fazer a *transição para a vida adulta*, que se inscreve um dos principais argumentos de François de Singly (2000b; 2005). Defende o autor que este fenómeno, que tanto inquietou cientistas sociais e agentes políticos na contemporaneidade, permite sobretudo evidenciar a desadequação das categorias usadas, justamente, para o interpretar. Com efeito, sustenta que a experiência juvenil contemporânea resultou na dissociação entre as dimensões da autonomia e da independência (sem no entanto esclarecer de que processo/conceito ambas faziam parte). Tanto ele como Cicchelli (2001b:5) notam como na maioria das vezes um e outro processo já não ocorrem simultaneamente, justificando o estatuto ambíguo que o oxímoro jovens-adultos¹³ representa. Com efeito, voltando à tese de Singly, os jovens não estariam *dispostos* a esperar pela independência financeira (cada vez mais tardiamente conquistada) para usufruir da sua autonomia, reivindicando-a ou assumindo-a na sua vivência quotidiana.

Assim, o que as mutações sociais da contemporaneidade permitiram evidenciar é que se tratam (e sempre se trataram) de dois processos diferentes (a autonomização e a conquista da independência) que por estarem relacionados se confundem. Durante muito tempo foram, aliás, representados como simultâneos, sobretudo no período que serve de referência aos investigadores – o pós-guerra na fase do pleno-emprego (o que já de si é muito limitado no tempo e no espaço, como se sabe). Singly avança,

¹³ Termo frequentemente usado para identificar essa faixa de indivíduos cujo estatuto é, porventura, ainda mais ambíguo do que a já de si ambígua condição juvenil.

sem dúvida, com um importante argumento para, finalmente, se trabalhar o conceito de autonomia, transversal que é nas ciências sociais, definindo aquilo que ele é, mas também assinalando aquilo que ele não é, neste caso independência. Nesta perspectiva, a integridade moral (no sentido filosófico) ou identitária (no sentido sociológico), crítica e reflexiva, em que autonomia se traduz¹⁴ não é o mesmo (e não depende necessariamente) da auto-suficiência do indivíduo no que diz respeito aos recursos que mobiliza para agir. Nem tampouco têm estas dimensões necessariamente uma relação contingente com a idade: recorde-se que a autonomia, ou o seu contrário, a heteronomia, podem ser definidas como (in)competências psico-sociológicas (transitórias ou permanentes), também servindo para aferir a condição global do sujeito face aos outros, numa ou em todas as dimensões da sua existência, independentemente da fase do seu ciclo de vida. Com efeito, o recorte disciplinar da sociologia da juventude também concorre na segmentação analítica da existência do sujeito, retratando-o num determinado tempo e espaço existencial, sem muitas vezes atender ao antes e ao depois¹⁵.

Importa, pois, sublinhar que os jovens de hoje podem, portanto, depender materialmente dos pais com mais frequência e até mais tarde no ciclo de vida, sem que este facto limite forçosamente a forma como escolhem e decidem agir. Podem, isso sim, ver-se impedidos de agir, por falta de recursos adequados, o que interfere com a capacidade de concretização da sua autonomia¹⁶. É, aliás, a ocorrência deste tipo de situações que leva Singly a defender que a autonomia sem independência material é socialmente menos valorizada, ao inscrever-se numa relação assimétrica e desigual (seja ela entre géneros ou gerações, por exemplo) (2000b:14). Ou seja, a dependência material de muitos jovens das suas famílias pode inibir o reconhecimento público da sua autonomia (identitária), mas não impede a sua construção. Muitos jovens respondem, justamente, reivindicando a autonomia como um dos principais eixos da sua identidade, traço que é interpretado em algumas pesquisas como o recurso sistemático a uma “retórica da autonomia” que seria *típica* na juventude actual (Henderson [et al.], 2007; Thomson [et al.], 2002). A este tipo de interpretações estará, no entanto, subjacente a ideia de que existe uma *verdadeira* autonomia, que é aquela que os indivíduos podem usufruir somente quando (já) são independentes da sua família, o que não deixa de ser redutor.

Contudo, não é só com independência que autonomia se confunde ou é confundida. Na tese de Singly não figura uma outra distinção fundamental, porventura mais importante, e que mobiliza a noção de liberdade, muitas vezes tomada como

¹⁴ Autonomia é um conceito dual, sempre oscilando entre a sua definição normativa (ideal) e a sua concretização prática (empírica) (Christman, 1988, 2003).

¹⁵ Com efeito, nota-se uma certa distância, virtude da especialização disciplinar entre as abordagens da família, da juventude e ainda da educação. A “voz” reconhecida aos filhos enquanto actores da vida familiar, sobretudo na produção sociológica mais recente, não passa, muitas vezes, de uma retórica teórica, que não é materializada na auscultação sistemática destes para a aferição do seu lugar na dinâmica familiar, analisada sobretudo a partir da perspectiva conjugal. Já a perspectiva da juventude tende a fazer o inverso: a família, variável fundamental em tantas investigações, é reconstituída exclusivamente a partir do retrato fornecido pelo indivíduo jovem. Na educação perscruta-se um território de existência, e muito embora não sejam poucas as pontes que se criam entre a escola e a família, não raras vezes se sente a falta de uma articulação entre aquele e os restantes territórios de existência, pelo que mais do que trabalhar o indivíduo se tende a trabalhar o aluno.

¹⁶ Uma realidade semelhante pautou a existência da maioria das mulheres até muito recentemente.

sinónimo de autonomia: *ser* autónomo e *ter* autonomia é uma das formulações que exprime esta (subtil) distinção. É certo que há importantes sobreposições entre os significados atribuídos aos dois conceitos, e qualquer distinção deve reconhecê-lo, pois também estão relacionados de forma contingente. Não se confundirá autonomia com liberdade quando se afirma que os jovens hoje têm mais autonomia do que noutros tempos, sendo que, na verdade, eles parecem usufruir, isso sim, de mais liberdade (em virtude da adesão crescente a estilos educativos mais centrados no indivíduo e em fornecer as condições de liberdade para a revelação de si)? Não será excessivo interpretar a interferência parental na vida dos filhos como um sancionamento da sua autonomia individual? Não estará ao alcance dos pais apenas a intervenção sobre a sua liberdade de acção e movimento? Para efeitos de aprofundamento da clarificação conceptual a que este texto se propõe há, pois, que tentar melhor distinguir liberdade de autonomia.

Abstractamente falando, liberdade diz respeito à capacidade de agir sem constrangimentos e com os recursos e o poder necessários para objectivar as intenções que motivam a acção em primeiro lugar. As intenções podem ser autónomas, sem haver liberdade para as pôr em prática, por via de um constrangimento material ou simbólico (imposição parental ou falta de recursos, por exemplo) ou um constrangimento legal (conduzir um automóvel ou votar antes da maioridade, nomeadamente). Em qualquer destes cenários, desejar encetar uma acção para a qual não se tem independência ou liberdade, três opções se perfilam: a aceitação e conformação, a ruptura e transgressão ou o desenvolvimento de estratégias que permitam negociar/conquistar/adquirir quer a sua liberdade quer a sua independência e assim possibilitar o desempenho da acção.

Posto de uma forma simples o conceito de liberdade constrói-se como propriedade primária da acção, onde confluem as intenções e motivações, por um lado, e o conjunto de potenciais restrições e constrangimentos exteriores ao actor, por outro. Autonomia situa-se no primeiro plano, pois diz respeito ao modo como as intenções e motivações são construídas, o que está implícito na definição que Christman, por exemplo, fornece de liberdade: “*ser livre significa que há uma ausência de constrangimentos entre a pessoa e a concretização dos desejos formados autonomamente*” (Christman, 1988:112). Esta afirmação condensa importantes traços teóricos da autonomia como conceito que valem a pena, resumidamente, recordar. A autonomia pode ser entendida como uma competência (ou conjunto de competências) do sujeito, ou seja, uma condição eminentemente subjectiva e interior, ao passo que a liberdade situar-se-ia no espaço que vai do indivíduo e suas motivações ao exterior e aos potenciais constrangimentos à acção. Uma liberdade, que no caso dos jovens a viver em contexto familiar, é frequentemente territorializada, o que torna mais adequado o uso da ideia de *liberdades* - atribuídas pelos pais na gestão da vida privada por oposição da vida escolar, para referir apenas um exemplo (ver nomeadamente Singly, 2000a, pp. 178-180).

Mas os obstáculos ao agir autónomo, sancionando a liberdade do sujeito não se reduzem à intervenção parental. Sublinhe-se como a autonomia enquanto processo psico-sociológico deve ser enquadrada no quadro de outros valores e processos - a lealdade, a autoridade, o respeito, o desejo de integração, etc., que podem interferir com a percepção subjectiva do real espaço de liberdade de acção (Dworkin, 2001;

Ricoeur, 1996). É justamente a outro tipo de constrangimentos que se refere Pasquier (2005), por exemplo, ao referir o carácter *constrangedor* que podem assumir as culturas e sociabilidades juvenis em contexto escolar. Em suma, a autonomia deve ser sempre entendida no contexto intersubjectivo do diálogo com a(s) alteridade(s), com as quais se estabelece, também, dinâmicas de poder simbólico que podem pôr em causa a simetria implícita à dignidade de cada indivíduo na interacção.

É importante ainda sublinhar que liberdade, tal como a independência, devem ser entendidas como condições favoráveis ao desenvolvimento das próprias motivações, ao constituírem o espaço (maior ou menor), para o desenvolvimento e exercício das competências (por via da redução dos obstáculos à acção) que constituem os “ingredientes” da autonomia, daí a relação contingente entre os três conceitos/processos. Num contexto normativo particular, onde o valor da autonomia ocupa um lugar central (Wagner, 2002 [1994]) é, com efeito, algures na relação complexa entre os processos de *construção da autonomia, conquista de liberdade e aquisição de independência*, agregados numa tríade de processos inter-relacionados, que parece ser mais adequado desenvolver as noções de individuação e emancipação. Acrescente-se, por outro lado, a constatação de que a autonomia, na sua vertente processual, se situa num contínuo não linear e territorialmente fragmentado, ao contrário da sua definição filosófica enquanto valor uno e matricial da modernidade.

Parece, portanto, ficar explícito que se pode ser autónomo sem usufruir de liberdade em determinadas situações e vice-versa, pode-se usufruir de liberdade de acção, sem haver autonomia das motivações e intenções. O mesmo raciocínio pode ser, tal como sugeria Singly, aplicado à relação entre autonomia e independência, pois é possível um indivíduo sentir-se autónomo, muito embora dependa dos recursos de outros (a família nomeadamente) para poder concretizar a sua autonomia em acções. Interessante notar, para finalizar esta secção, como é justamente o fenómeno da prolongada dependência material de cada vez jovens nas sociedades ocidentais contemporâneas o motor de toda esta discussão.

Apontamentos finais

No quadro das agendas de investigação actuais, tende a emergir um espaço crescente para repensar a experiência dos indivíduos (jovens) à luz de outros paradigmas (Corcuff, 2007; Dubet, 2005; Martuccelli, 2003), que ultrapassem a inquietação sobre como e quando se deixa de ser jovem. A distinção entre estes três conceitos (autonomia, liberdade e independência) é apenas um dos trilhos possíveis para a recomposição crítica dos instrumentos conceptuais, a oferecer novas abordagens do processo de individuação nas sociedades contemporâneas. Para esse efeito a experiência da juventude constitui um objecto particularmente desafiador e estimulante. Porquê? Porque, na verdade, nela se condensa o tempo de todas as contradições e paradoxos, das dúvidas e hesitações, em que justamente a liberdade, a independência e a autonomia se forjam (ou não) na estreita relação com as relações sociais que se expandem, à medida que um mundo inteiro se vai abrindo à pessoa (Breviglieri, 2007), a par da reformulação das relações de filiação (cada vez mais investidas de afectos e expectativas) no sentido da aquisição do estatuto de indivíduo.

Não sendo alguns destes processos exclusivos da vivência da juventude, são nela vividos com particular intensidade, sendo pertinente indagar como a injunção da autonomia se entrevê, em particular, no trabalho relacional de construção de si. Com efeito, lembra Cicchelli, “*malgrado a sua inscrição histórica, o uso que os actores sociais fazem da autonomia não é reduzível a uma resposta linear à norma, mesmo se esta é frequentemente considerada como um ideal a atingir. O sentido social desta noção complexifica-se porque os indivíduos estão ocupados com o trabalho de concretização de si pela mediação de um outro significativo*” (Cicchelli, 2001b:10). Instersubjectividade e individuação, tempos, espaços e lógicas sociais de construção de si à medida que o corpo cresce e tudo o resto se transforma, são portanto os ingredientes fundamentais para a configuração de um olhar diferente sobre os indivíduos que, pela sua idade e identidade, são considerados e se consideram jovens.

Daqui podem resultar pistas e reflexões para uma melhor compreensão da experiência juvenil, reconhecida a sua pluralidade, mas também (e sobretudo) contributos para a compreensão das sociedades contemporâneas, nomeadamente para a forma como as paisagens éticas e culturais são constitutivas da experiência social. Um tal exercício lembra também que as fronteiras (sub)disciplinares são artificiais, não devendo o investigador espartilhar o seu objecto (nem as suas reflexões) ignorando os grandes debates e questões teóricas que presidem e atravessam a disciplina. A questão da autonomia será, pelo exposto, apenas um terreno especialmente fértil para esse interessante, embora complexo, desafio que se coloca às ciências sociais em geral, e à sociologia que se ocupa da juventude e dos jovens em particular.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. N. d.; VIEIRA, M. M. (2006), *A escola em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- AMIT-TALAI, V.; WULFF, H. (1995), *Youth cultures*, London, Routledge.
- ARBER, S.; ATTIAS-DONFUT, C. (2002), *The myth of generational conflict* (Vol. 2), London/New York, Routledge.
- ARNETT, J. J. (1997), “Young People’s conceptions of the transition to adulthood”, *Youth and Society*, 29 (1), 3-23.
- BANDEIRA, M. r. L. (1996), *Demografia e modernidade*, [Lisboa], Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- BECK, U., & BECK-GERNSHEIM, E. (2002), *Individualization*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage.
- BOIS-REYMOND, M. d. (1998), “I Don’t Want to Commit Myself Yet: Young People’s Life Concepts”, *Journal of Youth Studies*, 1 (1), 63-79.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (1991), *De la justification*, Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1980), “La jeunesse n’est qu’un mot”, in Pierre Bourdieu (Ed.), *Questions de sociologie*, Paris, Editions de Minuit, pp. 143-154.
- BOUTINET, J.-P. (1998), *L’immaturité de la vie adulte*, Paris, Puf.
- BRAKE, M. (1980), *The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures: Sex and Drugs and Rock and Roll?*, London/Boston/Henley, Routledge.
- (1985), *Comparative youth culture*, London, Routledge & Kegan Paul.

BREVIOLIERI, M. (2007), “Ouvrir le monde en personne. Une anthropologie des adolescences”, in M. Breviglieri; V. Cicchelli (Eds.), *Adolescences méditerranéennes*. Paris, L’Harmattan, pp. 19-58.

CALVO, E. G. (2002), “Emancipación tardía y estrategia familiar”, *Estudios de Juventud*, (58).

CASAL, J.; MASJOAN, J. M.; PLANAS, J. (1988), “Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta”, *Revista Política e Sociedad*, (1), 97-104.

CHILSHOLM, L.; BOIS-REYMOND, M. d. (1993), “Youth transitions, gender and social change”, *Sociology*, 27 (2), 259-279.

CHRISTMAN, J. (1988), “Constructing the inner citadel: recent work on the concept of autonomy”, *Ethics*, 99 (1), 109-124.

— (2003), “Autonomy in Moral and Political Philosophy” [Versão Electrónica], *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Consultado a 25 de Julho de 2007 em <http://plato.stanford.edu/entries/autonomy-moral/>.

CICCHELLI-PUGNEAULT, C.; CICCHELLI, V.; RAGI, T. (2004), *Ce que nous savons des jeunes?*, Paris, Puf.

CICCHELLI, V. (2001a), *La construction de l’autonomie. Parents et jeunes adultes face aux Âétudes*, Paris, Presses universitaires de France.

— (2001b), “Les jeunes adultes comme objet théorique”, *Recherches et Prévisions* (65), 5-18.

CORCUFF, P. (2007), *Les nouvelles sociologies. Entre le collectif et l’individuel* (2ª ed.), Paris, Armand Colin.

CORSTEN, M. (1999), “The Time of Generations”, *Time & Society*, 8 (2), 249-272.

CÔTÉ, J. E. (2002), “The role of identity capital in the transition to adulthood: the individualization thesis examined”, *Journal of Youth Studies*, 5 (2), 117-134.

CUNHA, V. (2007), *O lugar dos filhos*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

DUBAR, C. (2001), *La crise des identités*, Paris, Presses Universitaires de France.

DUBET, F. (2005), “Pour une conception dialogique de l’individu. L’individu comme machine à poser et à résoudre des problèmes sociologiques” [Versão Electrónica]. *EspacesTemps.net*. Consultado em <http://www.espacestemp.net/document1438.html>.

DUBET, F.; Galland, O.; Deschavanne, É. (2004), *Les jeunes* (Vol. 5), Paris, Presses Universitaires de France.

DWORKIN, G. (2001), *The theory and practice of autonomy*, Cambridge, University Press.

ERIKSON, E. H. (1968), *Identity, youth and crisis*, London, Faber & Faber.

EVANS, K. (2002), “Taking control of their lives? Agency in young adult transitions in England and the New Germany”, *Journal of Youth Studies*, 5 (3), 245-269.

EVANS, K.; FURLONG, A. (2000), “Niches, transitions, trajectoires... de quelques théories et représentations des passages de la jeunesse”, *Lien Social et Politiques* (43), 41-48.

FEIXA, C. (2006), *De jóvenes, bandas y tribus*, Barcelona, Ariel.

FURLONG, A. (1997), *Young people and social change*, Buckingham, Open University Press.

GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la jeunesse*, Paris, Armand Colin.

— (2003), “Adolescence, post-adolescence, youth”. *Révue Française de Sociologie* (5), Vol. 44, 163-188.

GAUTHIER, M. (2000), “L’âge des jeunes: ‘un fait social instable’”, *Lien Social et Politiques* (43), 23-32.

GIDDENS, A. (1991), *Modernity and self-identity*, Stanford, Stanford University Press.

GILLIS, J. R. (1981), *Youth and history*, London, Academic Press.

GRIFFIN, C. (1997), “Representations of the young”, in J. Roche; S. Tucker (Eds.), *Youth in society* (pp. X), London, Sage Publications.

GUERREIRO, M. d. D.; ABRANTES, P. (2004), *Transições incertas* (Vol. 2), Lisboa, DGEEP.CID.

HALL, G. S. (1916 [1904]), *Adolescence its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*, New York/London, D. Appleton.

HENDERSON, S.; HOLLWAY, W.; MCGRELLIS, S.; SHARP, S.; THOMSON, R. (2007), *Inventing adulthoods. A biographical approach to youth transitions*, London/Thousand Oaks/New Delhi, Sage.

MANNHEIM, K. (1986), *Diagnosis of our time*, Westport, Connecticut, Greenwood Press.

MARTUCELLI, D. (2003), *Grammaires de l’individu* (Vol. 407), [Paris], Gallimard.

NILSEN, A. (2001), “Jovens para sempre?”, *Sociologia, Problemas e Práticas* (27), 59-78.

PAIS, J. M. (1990), “A construção sociológica da juventude - alguns contributos”, *Análise Social*, XXV (105-106), 139-165.

— (1996a), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

— (1996b), *A geração Yô-yô*, Comunicação apresentada à Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares: as ciências sociais nos países de língua portuguesa e os desafios contemporâneos. III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

— (2001), *Ganchos, tachos e biscates*, Lisboa, Ambar.

PAIS, J. M.; CAIRNS, D.; PAPPÁMIKAIL, L. (2005), “Jovens europeus: retrato da diversidade”, *Tempo Social*, 17 (2), 109-140.

PAPPÁMIKAIL, L. (2004), “Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas* (46), 91-116.

PAPPÁMIKAIL, L.; PAIS, J. M. (2004), *Families and Transitions in Europe, WP3 and WP4 - National Report Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PASQUIER, D. (2005), *Cultures lycéennes* (Vol. 235), Paris, Autrement.

Portugal. (1977), *Alterações ao Código de Processo Civil*, S.L., Moraes.

RAMOS, E. (2002), *Rester enfant, devenir adulte. La cohabitation des étudiants chez leurs parents*, Paris/Budapest/Torino, L’Harmattan.

RICOEUR, P. (1996), *Si mismo como otro*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores.

ROBERTS, K. (2007), “Youth Transitions and Generations: A response to Wyn and Woodman”, *Journal of Youth Studies*, 10 (2), 263-269.

SCHÉHR, S. (2000), “Processus de singularisation et formes de socialization de la jeunesse”, *Lien Social et Politiques* (43), 49-58.

- SEABRA, A. d. (1867), *Código civil português*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SINGLY, F. d. (2000a), *O Eu, o Casal e a Família*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- (2000b), “Penser autrement la jeunesse”, *Lien Social et Politiques* (43), 9-21.
- (2005), “Las formas de terminar y de no terminar la juventud”, in S. Gaviria (Ed.), *Autonomia de la juventud en Europa*, Madrid, INJUVE, pp. 111-121.
- TAYLOR, C. (1989), *Sources of the self*, Cambridge, Cambridge University.
- THOMSON, R.; BELL, R.; HOLLAND, J.; HENDERSON, S.; MvGRELLIS, S.; SHARPE, S. (2002), “Critical Moments: Choice, Chance and Opportunity in Young People’s Narratives of Transition”, *Sociology*, 36 (2), 335-354.
- WAGNER, P. (2001), *Theorizing modernity : inescapability and attainability in social theory*, London, Sage.
- (2002 [1994]), *A sociology of modernity: Liberty and Discipline* (2ª ed.), London/New York, Routledge.
- WYN, J.; DWYER, P. (1999), “New directions in research on youth in transition”, *Journal of Youth Studies*, 2 (1), 5-21.

Abstract:

In the history of social sciences, there has been a constant interest on youth and young people. An interest that has been particularly sensitive to the ideological and normative representations of this emergent social category. Looking at the way sociology has treated this social group and exploring further the issue of transitions to adulthood, it is thus possible to reflect upon another important debate, crosscutting to social sciences, and its respective conceptual framework. I.E.: the fact that autonomy is depicted simultaneously as a central norm in contemporary ethical landscapes and as a social process experienced by subjects that try to reach it. From autonomy as a concept towards sociological apprehension of individuation trajectories, a brief reflexive trail is proposed.

Keywords:

Youth; Autonomy; Transitions to adulthood.

Résumé:

Tout au long de l’histoire des sciences sociales, la jeunesse et les jeunes ont toujours suscité une forte curiosité. Une curiosité qui a été particulièrement sensible aux successives représentations, aussi bien normatives qu’idéologiques, associées à cette catégorie sociale émergente. A partir de la manière dont la sociologie s’occupe de ce groupe social et en regardant de plus près la question des transitions vers l’âge adulte, on revient à un autre débat théorique important, transversal aux sciences sociales et à son cadre conceptuel. À savoir: le fait que l’autonomie apparaît en tant que norme centrale des paysages éthiques contemporains et en tant que processus social vécu et expérimenté par des individus qui essayent d’y accéder. De l’autonomie en tant que concept à la compréhension sociologique des voies de l’individuation dans les sociétés contemporaines, c’est le parcours réflexif proposé par cet article.

Mots-clés:

Jeunesse; Autonomie; Transitions à l’âge adulte.